



SEGURANÇA PÚBLICA

Polícia mira hacker do DF em fraude no TJ-GO

Adolescente de 15 anos, apontado como autor de falsos mandados de prisão contra Lula e Alexandre de Moraes na Corte goiana, é suspeito de integrar esquema para adulterar alvarás de soltura de presos de alta periculosidade, ligados a facções criminosas

» IAGO MAC CORD

A Polícia Civil de Goiás (PCGO), em conjunto com o Tribunal de Justiça do estado (TJGO) e de outras forças de segurança, deflagraram, ontem, a Operação Lex Data, voltada para desarticular um esquema de inserção de mandados de prisão falsos em sistemas do Judiciário. O principal suspeito é um adolescente de 15 anos, residente no Distrito Federal, apontado como o responsável por inserir ordens de prisão fraudulentas contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

A ofensiva policial cumpriu cinco mandados de busca e apreensão nas cidades goianas de Iporá e Goiânia e no DF. A investigação, que contou com o apoio das polícias civis de Minas Gerais e de Santa Catarina, investiga fraudes cibernéticas interestaduais que atingiram o Banco Nacional de Medidas, Penas e Prisões (BNMP), mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e o sistema Projudi, do TJGO.

Senhas de servidores

Não houve prisões nesta fase, mas, segundo a polícia, o adolescente prestou depoimento e confessou os crimes. Os investigadores chegaram ao menor em julho do ano passado. Diferentemente de uma invasão por falha técnica nos softwares de seguranças dos sistemas, os investigadores afirmam que houve acesso indevido por meio de uso de credenciais de servidores públicos que foram capturadas de forma fraudulenta, possivelmente, por meio de links maliciosos ou vírus.

Com apenas uma das credenciais subtraídas foram realizadas 102 movimentações no sistema, entre inserções, alterações e exclusões de mandados judiciais. As alterações irregulares mais críticas

Divulgação/Polícia Civil do Goiás



Ordens judiciais de busca e apreensão da operação que investiga fraudes em mandados de prisão foram cumpridas pela polícia em Goiás, no Distrito Federal e em Minas Gerais

Caso Zambelli

Moraes já havia sido alvo de hacker

O nome do ministro do STF Alexandre de Moraes já havia sido usado em uma invasão hacker nos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Em janeiro de 2023, o CNJ detectou uma violação em seu sistema de informática que permitiu a inclusão de mandados de prisão falsos. Na ocasião, o hacker Walter Delgatti Neto expediu, a mando da então deputada federal Carla Zambelli (PL-SP), um mandado de prisão falso contra o ministro Moraes, assinado pelo próprio magistrado. Como mandante do crime, Zambelli foi condenada a 10 anos de prisão pelo STF, em 15 de maio do ano passado. Dez dias depois, ela fugiu do país, abrigou-se provisoriamente nos Estados Unidos e, de lá, seguiu para a Itália. Com ordem de prisão na Interpol, a polícia italiana chegou à ex-deputada. Ela está em um presídio italiano à espera de uma decisão da Justiça local sobre o pedido de extradição feito pela Justiça brasileira.

foram registradas em 20 de janeiro, quando os CPFs do presidente Lula e do ministro Alexandre de Moraes foram inseridos indevidamente nos registros do BNMP. Essa fraude foi identificada pelo Conselho Nacional de Justiça.

O CNJ e a Polícia Civil reforçam que não houve invasão ou violação estrutural dos sistemas. A vulnerabilidade estava no uso de senhas dos servidores, que são considerados pela polícia goiana como vítimas no processo.

O TJGO informou que a investigação começou após sua Divisão de Inteligência detectar acessos desautorizados e a criação de processos fictícios por meio das credenciais de duas servidoras.

O material apreendido, ontem, será analisado para identificar outros envolvidos que possam ter comprado ou utilizado esses acessos ilegais.

Ligação com facções

Além de incluir nomes de autoridades em mandados falsos, o esquema desarticulado pela polícia visava beneficiar criminosos de alta periculosidade. As investigações indicam que as credenciais de acesso eram negociadas em pacotes de dados por plataformas de mensagens para permitir a baixa de mandados de prisão de integrantes de facções como o Primeiro Comando

da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV). Havia, ainda, a emissão de alvarás de soltura e de liberação de valores e veículos apreendidos.

O adolescente apontado como mentor levava uma vida de luxo, com movimentação financeira incompatível com sua idade e sem vínculo com atividades lícitas. Ele estava fora da escola havia cerca de dois anos e, apesar das tentativas, a polícia e o Judiciário afirmaram que nenhum criminoso foi efetivamente beneficiado. De acordo com as instituições, as fraudes foram identificadas e corrigidas a tempo pelos sistemas de segurança.

MARANHÃO

Desaparecimento de Ágatha e Allan completa um mês

» DARCIANNE DIOGO

As buscas aos irmãos Ágatha Isabelly, de 6 anos, e Allan Michael, de 4, entraram, ontem, no segundo mês sem que a polícia conseguisse levantar pistas sobre o desaparecimento das crianças. Os irmãos foram vistos pela última vez em 4 de janeiro, depois de saírem para brincar no Quilombo São Sebastião dos Pretos, em Bacabal, a 250km de São Luís. Desde então, a família das crianças vive momentos de aflição e angústia, e depositam na polícia as últimas esperanças. Uma equipe especializada de investigadores estreita as apurações, descarta fatos falaciosos e amplia as hipóteses.

A operação de buscas mobilizou 260 policiais militares, civis, do Exército, da Marinha e bombeiros. Mais de 1 mil voluntários — muitos vindos de outros estados — deixaram as casas para adentrar a mata fechada epicentro da força-tarefa. Toda a área de mata foi minuciosamente percorrida, assim como o leito do Rio Mearim e

lagos da região, entre eles o Lago Limpo e o Lago da Mata. Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão (SSP), foram utilizados aeronaves, drones com câmeras termais, cães farejadores, mergulhadores e equipamentos de alta tecnologia, como o side scan sonar, empregado pela Marinha do Brasil.

Mergulhadores

A varredura com o side scan sonar ocorreu entre 18 a 22 de janeiro. Os marinheiros percorreram mais de 19km a partir do ponto provável de queda das crianças. Durante os trabalhos, foram identificados 11 pontos de interesse submersos, posteriormente verificados por mergulhadores do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, sem que fossem encontrados vestígios dos desaparecidos.

Delegado-adjunto operacional da Polícia Civil do Maranhão, Ederson Martins, informou que descartou alguns fatos

que surgiram ao longo da apuração, mas que nenhuma linha de investigação é descartada. “Conseguimos identificar vestígios na mata e cravamos que eles (as crianças) estiveram em pontos determinados, como a casa caída”, pontuou. Denúncias recebidas levaram os policiais maranhenses a viajar para São Paulo, Goiás, Pará e Piauí. Em todos os deslocamentos, as informações repassadas eram inverídicas.

O secretário de estado da Segurança Pública do Maranhão, Maurício Martins, enalteceu o trabalho dos agentes de segurança e afirmou que as buscas seguem focadas na investigação. “A hipótese é que tenha se perdido naquela mata. É uma mata densa e de difícil acesso. Permanecem em campo equipes especializadas em rastreamento, compostas por bombeiros militares, policiais civis e militares, agentes da Força Estadual, do Centro Tático Aéreo (CTA) e do Exército Brasileiro, com apoio de cães farejadores”, finalizou.

Thamirys Andrade/SSP-MA



Sem avanços, sumiço dos irmãos Allan e Ághata é mistério para polícia

» Metanol: 12ª morte em SP

O governo do estado de São Paulo confirmou que um homem de 26 anos, morador de Mauá, Região Metropolitana da capital, morreu vítima de intoxicação por bebida alcoólica contaminada com metanol. Trata-se da 12ª morte por essa mesma causa no estado. Segundo o boletim da Secretaria de Saúde, São Paulo acumulou 52 casos confirmados de intoxicação por metanol. Quatro mortes ainda estão em investigação. Com mais um óbito em São Paulo, o país soma 17 mortes provocadas por consumo de bebida alcoólica contaminada. No ano passado, vários casos semelhantes pelo país alertaram a polícia para o problema da adulteração de bebidas alcoólicas. Muitos desses produtos continham metanol, substância tóxica e que pode levar à morte. Diante da gravidade, o Ministério da Saúde criou uma sala de situação para acompanhar o problema.